

Abuso infantil no período da pandemia da COVID-19

Child abuse in the period of the COVID-19 pandemic

Maltrato infantil en el período de la pandemia de COVID-19

Beatriz de Carvalho Magalhães¹, Rhyan Coelho Santos Souza¹, Marcela Oliveira Silva², Helissa Mayane Nunes da Silva Oliveira², Silvia Luanna Dias Antunes², Guilherme de Almeida Gomes², Ana Luiza Dias Antunes², Victor Jordan Rocha Gumes², Luiz Eduardo Lima Fernandes², Clarissa Leal Silva e Souza¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar o número de casos de abuso infantil durante o período da pandemia da COVID-19. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo e nível exploratório. Foram utilizados os seguintes descritores e operadores booleanos: Child Abuse AND COVID-19, nas bases de dados eletrônicas PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde e Scielo. **Resultados:** Evidenciou-se que com o surgimento da pandemia da COVID-19 ocorreu o aumento das taxas de desemprego corroborou para uma mudança abrupta no cotidiano familiar, com aumento significativo de violência familiar, sobretudo abuso infantil e cenário de subnotificação de casos de violência física, sexual e negligência infantil, devido à ausência de repórteres externos do ambiente familiar. **Considerações finais:** A pandemia da COVID-19 trouxe consigo uma série de fatores de risco para a ocorrência de abuso infantil, em todo o mundo, durante o período de isolamento social. Com isso, situações como violência física, negligência, abuso verbal e emocional de diversos adultos, sejam se perpetuaram e diversos quadros de lesões e impactos psicológicos foram gerados.

Palavras-chave: COVID-19, Abuso infantil, Negligência infantil.

ABSTRACT

Objective: To analyze the number of cases of child abuse during the period of the COVID-19 pandemic. **Methods:** This is an integrative literature review, qualitative and exploratory. The following Boolean descriptors and operators were used: Child Abuse AND COVID-19, in the electronic databases PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde and Scielo. **Results:** It was evidenced, mainly, cases of family violence, and a scenario of increase of physical violence, of unemployment, corroborated, of an abrupt change in the family routine, of child abuse, and of a significant change of underreporting, of abuse, violence, child., sexual and infantile absence, due to the familiarity of reporters. **Final considerations:** The COVID-19 pandemic brought a series of risk factors for the occurrence of child abuse, worldwide, during the period of social isolation. With this, situations such as physical violence, verbal and emotional abuse of several adults, are perpetuated and different psychological and problem frames were generated.

Keywords: COVID-19, Child abuse, Child neglect.

RESUMEN

Objetivo: Analizar el número de casos de maltrato infantil durante el período de la pandemia de COVID-19. **Métodos:** Se trata de una revisión integrativa de la literatura, de carácter cualitativo y nivel exploratorio. Se

¹ Faculdade de Saúde Santo Agostinho (FASA), Afya Educacional, Vitória da Conquista – BA.

² Faculdade de Guanambi (UniFG), Guanambi – BA.

utilizaron los siguientes descriptores y operadores booleanos: Child Abuse AND COVID-19, en las bases de datos electrónicas PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde y Scielo. **Resultados:** Se evidenció que con el surgimiento de la pandemia del COVID-19, el aumento de las tasas de desempleo provocó un cambio abrupto en el cotidiano familiar, con un aumento significativo de la violencia familiar, especialmente el maltrato infantil y un escenario de subregistro de casos de violencia física, sexual y abandono infantil, por la ausencia de informadores externos al entorno familiar. **Consideraciones finales:** La pandemia del COVID-19 trajo consigo una serie de factores de riesgo para la ocurrencia del maltrato infantil, a nivel mundial, durante el período de aislamiento social. Como resultado, se perpetuaron situaciones como violencia física, abandono, maltrato verbal y emocional de varios adultos y se generaron diversas situaciones de lesiones e impactos psicológicos.

Palabras clave: COVID-19, Maltrato infantil, Abandono infantil.

INTRODUÇÃO

As crianças e adolescentes configuram as vítimas mais vulneráveis para os atos de violência em decorrência do estágio de desenvolvimento de vida em que se encontram nestas faixas etárias, tanto físico quanto psicológico. Além disso, as consequências provenientes dos diferentes meios de agressão, resultam em um prejuízo generalizado à vítima, como por exemplo, danos físicos que impactam no processo de crescimento, e impactos psicológicos que desenvolvem déficits, que podem ser irreversíveis, nos âmbitos de maturação pessoal e desenvolvimento de campos subjetivos do indivíduo (SOUTO DF, et al., 2018).

Observa-se que existem diferentes tipos de violência que os infantes podem ser expostos, dentre elas as mais comuns, de acordo com as Diretrizes para o Manejo de Situações de Violência na Saúde, são: a negligência que se configura como o ato de omissão por parte dos responsáveis para as necessidades básicas da criança; a violência física que é o uso da força física de forma intencional; violência sexual que pode ser com ou sem contato físico e é compreendida por ser desde o exibicionismo erótico, assédio sexual, voyeurismo, estupro e abuso sexual verbal. Além disso, existe, também, a violência psicológica que põe em risco aspectos biopsicossociais da criança e é exercido quando essas são submetidas a qualquer forma de desrespeito, rejeição e discriminação, sendo assim um tipo difícil de ser identificado (CONTAGEM, 2022).

Nesse contexto, apesar de assegurado o direito de proteção da infância, no Brasil, no ano de 2019, foram notificados 405.497 casos de violência infantil, na qual, 91.876 casos correspondiam a faixa etária de menores de 1 ano até 14 anos de idade. Não obstante, em decorrência do principal local de ocorrência dos atos de violência ser a residência da vítima, observa-se uma dificuldade em obter números reais dos casos de violência intrafamiliar, uma vez que os casos permanecem restritos aos limites domiciliares (OLIVEIRA IA, et al., 2021).

Com o surgimento de um contexto pandêmico causado pelo SARS-CoV-2, detectado em dezembro de 2019, em Wuhan, na China (LANA RM, et al., 2020), e o avanço no número de mortes decorrente da COVID-19, medidas para contenção da propagação do vírus foram adotadas, como por exemplo, distanciamento social, adequação de alguns segmentos de trabalho para realização por vias remotas em domicílio e fechamento das escolas com instituição de programas de aprendizado em casa (LEVANDOWSKI MK, 2021).

Diante dessa constatação, o isolamento foi considerado como algo já que tem aumentado ainda mais a situação de risco de crianças e adolescentes por estarem confinados em sua maioria com o seu abusador (TEO SS, 2020).

Entre os fatores que favorecem o agravamento dos abusos durante a pandemia encontra-se as dificuldades financeiras e consequente desemprego, aumento da venda de bebidas alcoólicas em 22%, estresse causado pelo isolamento e medo decorrente da instabilidade advinda da situação atual (TEO SS, 2020).

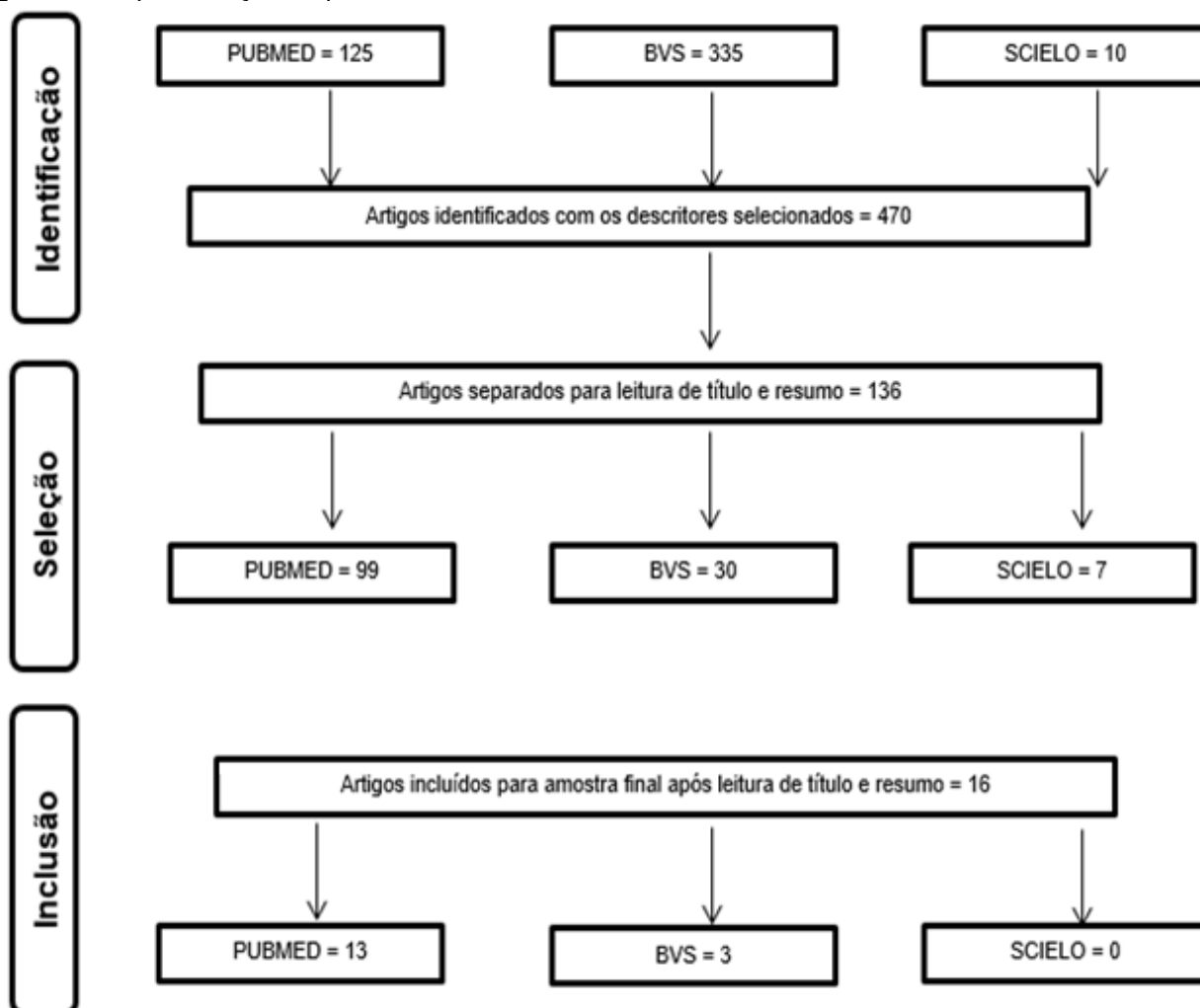
A partir disso, o objetivo deste estudo é discutir a respeito do abuso infantil das crianças e adolescentes que passaram por algum tipo de violência no período da pandemia pela COVID-19.

MÉTODOS

O presente estudo se configura como uma revisão integrativa, com uma abordagem qualitativa e expositiva e nível da pesquisa exploratório. A coleta de dados foi realizada nas principais bases de dados científicas: PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scielo, a partir da utilização dos seguintes descritores e operadores booleanos: Child Abuse AND Covid.

Foram incluídos os artigos originais, disponíveis na íntegra, no período de 2020 até julho de 2022, em inglês, português e espanhol, e compatíveis com no mínimo um dos objetivos de pesquisa, isto é, analisar o número de casos de abuso infantil durante o período da pandemia da COVID-19. Em consonância, foram excluídos os artigos de opinião, relatos de caso, cartas ao editor, artigos com publicação anterior ao ano de 2020 e os não compatíveis com objetivos de pesquisa, como representado na **Figura 1**.

Figura 1 – Representação esquemática da síntese e análise de resultados



Fonte: Magalhães BC, et al., 2022.

RESULTADOS

Foram identificados 470 artigos nas bases de dados consultadas. A partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 136 artigos para leitura de título e resumo. Em sequência, após a leitura de título e resumo, foram incluídos na amostra final um total de 16 artigos. Destas publicações, 13 artigos foram provenientes da plataforma PubMed; 3 pesquisas na plataforma BVS e 0 estudos na plataforma Scielo, compondo os resultados que seguem descritos no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Características dos estudos selecionados, quanto aos autores, ano de publicação, objetivos, abordagem e resultados.

Autor/Ano	Objetivo	Abordagem	Resultados significativos
BULLINGER LR, et al., 2021	Estudar se a COVID-19 e a resposta pública a ele afetaram as visitas ao departamento de emergência pediátrica relacionadas ao CAN.	Estudo retrospectivo	Evidenciaram que no ano de 2018 e 2019, 239.437 crianças visitaram os prontos-socorros infantis, e aproximadamente 2.296 (0,95%) destes pacientes eram casos de abuso infantil e negligência. Por conseguinte, no ano de 2020, um total de 83.491 crianças foi aos prontos-socorros infantis, e 1.160 eram casos de abuso infantil e negligência (1,4%).
SALT E, et al., 2021	Comparar as taxas gerais, demografia, tipos de abuso e acuidade dos casos de abuso infantil e negligência observados em um sistema de saúde universitário nos 6 meses antes e depois do fechamento das escolas devido à pandemia de SARS-CoV-2.	Estudo comparativo	Observaram que durante os períodos de pré e pós-fechamento das escolas, a faixa etária com maior prevalência dos casos de abuso e negligência foi a pré-escolar, com, respectivamente, 59% e 62% dos casos. A idade com maior percentagem de ocorrência foi a com menos de um ano de idade, seguida dos 1 a 2 anos de idade.
MUSSER ED, et al., 2021	Examinar as taxas de maus-tratos infantis documentados e comprovados, resultando em colocação em um orfanato, bem como os correlatos demográficos de maus tratos infantis dentro do sistema de assistência social, antes e durante a pandemia da COVID-19.	Estudo comparativo	Foram utilizadas informações sobre remoções e colocações para todos os jovens no sistema de assistência social no estado da Flórida para avaliar o número de casos comprovados de maus-tratos infantis durante o período pandêmico. Com isso, foi observado que houve uma porcentagem maior de jovens, na faixa etária do nascimento aos três anos de idade, no sistema de acolhimento familiar e assistência social da Flórida, em abril de 2020, quando comparado com abril de 2019, representada respectivamente por 41,29% e 36,85%.
LAWSON M, et al., 2020	Investigar fatores associados a maus-tratos infantis durante a pandemia da COVID-19	Análise descritiva	Denotaram que os genitores mais jovens possuem maior propensão a ter um comportamento de abuso físico e psicológico para com seus filhos, enquanto que as crianças mais jovens se enquadram com maiores chances de serem vítimas de abuso físico e maus-tratos. Ademais, as famílias com mais estabilidade financeira se apresentaram como menos predispostas abusarem fisicamente de seus filhos.
RENGASAMY ER, et al., 2021	Investigar o impacto da pandemia da COVID-19 na incidência de abuso doméstico e abuso infantil em Bridgend, comparando dados de 2019 e 2020	Estudo retrospectivo	Obtiveram resultados de que houve um aumento de aproximadamente 190% em relatos de abuso doméstico em instituições de caridade e elevação de auto-encaminhamentos para serviços de apoio locais devido a casos de abuso doméstico e infantil. No entanto, houve diminuição de 67% nos exames médicos de proteção à criança.

Autor/Ano	Objetivo	Abordagem	Resultados significativos
THEODOROU, CM, et al., 2022	Avaliar as taxas de abuso infantil, negligência e supervisão inadequada durante a pandemia da COVID-19.	Estudo retrospectivo	Foi evidenciada que todas as crianças sofreram lesões, sobretudo na cabeça, como, por exemplo, hemorragia intracraniana, fraturas de crânio e trauma facial. No entanto, a negligência como causa das lesões sofridas foi determinada em 11,8% dos pacientes pré-COVID em comparação com 22,7% dos pacientes da era COVID; ao passo que a supervisão inadequada não foi determinada como causa de lesões em pacientes pré-COVID, enquanto que esteve presente em 13,6% dos pacientes da era COVID.
LEE SJ, et al., 2021.	Examinar se a dificuldade percebida pelos pais na parentalidade devido ao isolamento social e distanciamento social	Análise descritiva	Observaram que, com o cenário de isolamento social, ocorreu um aumento de 124% no autorrelato dos pais de bater em seus filhos “mais do que o habitual” desde o início da pandemia da COVID-19.
AUGUSTI E, et al., 2021	Estabelecer taxas de abuso infantil e grau de conflito familiar durante o primeiro bloqueio da COVID-19 na primavera de 2020.	Estudo documental	Denotaram que 3.545 jovens de 13 a 16 anos, demonstraram que 8,2% relataram abuso psicológico, 2,4% sofreram abuso físico e 1,4% abuso sexual durante o período de confinamento em decorrência da pandemia da COVID-19. Em consonância, associou-se que a os problemas referentes a riqueza familiar e a saúde mental dos pais, com uma variável presença de abuso de álcool, estavam relacionados a experiências de maus-tratos.
TENER D, et al., 2021	Comparar as perspectivas e experiências profissionais de trabalho com o IFCSA em relação ao contexto da pandemia da COVID-19 nos Estados Unidos e em Israel.	Estudo comparativo transcultural qualitativo	Evidenciaram uma notória redução de denúncias de casos de abuso infantil, em decorrência do menor potencial de identificação destes casos, por conta do estado de confinamento.
ORTIZ R, et al., 2021	Avaliar o volume de chamadas e textos para uma linha direta nacional de abuso infantil durante a pandemia em comparação com o ano anterior.	Estudo transversal	Demonstraram que ocorreu um aumento de 13,75% no número total de consultas em 2020, quando comparado ao ano anterior. Houve diminuição nas ligações de repórteres escolares, como professores, funcionários de creche e de outros serviços da instituição; enquanto ocorreu aumento nas ligações de vizinhos, parentes e amigos, sendo um reflexo do estado de confinamento e suspensão de atividades escolares.
KOVLER ML, et al., 2021	Avaliar a proporção de lesões secundárias ao abuso físico infantil em um centro de trauma pediátrico de nível I durante a pandemia da Covid-19.	Estudo retrospectivo	Relataram a presença de oito pacientes com este tipo de lesão, correspondente a 13% do total de pacientes com traumas, o que representa um aumento no número de casos de abuso físico infantil em comparação aos anos de 2019 e 2018, na qual ocorreram, respectivamente, quatro e três casos de lesões secundárias ao abuso físico em crianças.

Autor/Ano	Objetivo	Abordagem	Resultados significativos
SUYADI e SELVID, 2022.	Examinar a questão do abuso infantil durante o aprendizado on-line, seus fatores subjacentes e suas implicações na saúde mental das crianças.	Estudo qualitativo descritivo	Demonstraram, apesar de uma pequena quantidade de relatos de abuso físico, como bater, beliscar ou empurrar as crianças, que o aprendizado online se enquadrou como fator desencadeante de abuso verbal e emocional infantil por meio de gritos ou raiva e ameaças dos pais para com as crianças, quando os seus filhos usavam os recursos online como outras formas de recreação, se não aprendido.
AMICK M, et al., 2022	Determinar a incidência de consultas de emergência relacionadas a maus-tratos infantis antes e durante a pandemia da COVID-19, incluindo a caracterização do tipo de maus-tratos, gravidade e notificação do CPS.	Estudo retrospectivo	A partir da análise de visitas de emergência pediátricas e de relatórios de Serviços de Proteção à Crianças do campo de estudo correspondente, observaram uma elevação de 9%, do período pré-COVID, para 13,9%, no período COVID, dos casos e denúncias de negligência infantil durante o período da pandemia da COVID-19.
OLIVEIRA SMT, 2021.	Identificar os perfis epidemiológicos da violência contra crianças, vítimas e seus agressores e suas correlações entre fatores socioeconômicos e demográficos analisados antes e durante a pandemia da COVID-19.	Estudo observacional transversal, retrospectivo.	Analisaram que ocorreu um leve aumento na incidência de violência sexual e física em crianças e adolescentes atendidos em prontos-socorros. Os dois semestres de 2020 obtiveram índices de violência estatisticamente superiores aos demais semestres dos anos anteriores.
RAPOPORT E, et al., 2021.	Avaliar as associações entre a resposta à pandemia de saúde pública e o número de alegações de abuso ou negligência infantil.	Estudo comparativo	Demonstraram que nos meses de março, abril e maio de 2020, na cidade de Nova York, houveram substancialmente menos alegações de maus-tratos infantis em comparação aos anos de 2015 a 2019.
LOISEAU M, et al., 2021	Avaliar se crianças podem ter sido vítimas de mais abuso físico durante o bloqueio na França	Estudo observacional retrospectivo	Observaram que das 844.227 crianças incluídas na pesquisa, 476 foram internadas por abuso físico neste período de tempo. Por conseguinte, denotaram que ocorreu um aumento significativo na frequência relativa de crianças em situação de internação por abuso físico de 2017 a 2020.

Legenda: CAN: Abuso e negligência infantil; IFCSA: Abuso sexual infantil intrafamiliar.

Fonte: Magalhães BC, et al., 2022.

DISCUSSÃO

Com o surgimento da pandemia da COVID-19 é notório salientar que o aumento das taxas de desemprego corroborou para uma mudança abrupta no cotidiano familiar, com aumento significativo de violência familiar, sobretudo abuso infantil (SIMON M, et al., 2020), uma vez que, a perda do emprego se enquadra como um fator estressor significativo de impacto psicológico (INFURNA FJ e LUTHAR SS, 2016).

A partir de um estudo com 342 pais, Lawson M, et al. (2020), evidenciaram que a perda do emprego dos pais impactou significativamente na ocorrência de maus-tratos psicológicos e abuso físico contra crianças.

Além disso, denotaram que os genitores mais jovens possuem maior propensão a ter um comportamento de abuso físico e psicológico para com seus filhos, enquanto que as crianças mais jovens se enquadram com maiores chances de serem vítimas de abuso físico e maus-tratos. Ademais, as famílias com mais estabilidade financeira se apresentaram como menos predispostas abusarem fisicamente de seus filhos (LAWSON M, et al., 2020).

De forma semelhante, Augusti E, et al. (2021), em seu estudo com 3.545 jovens de 13 a 16 anos, demonstraram que 8,2% relataram abuso psicológico, 2,4% sofreram abuso físico e 1,4% abuso sexual durante o período de confinamento em decorrência da pandemia da COVID-19. Em consonância, associou-se que a os problemas referentes à riqueza familiar e a saúde mental dos pais, com uma variável presença de abuso de álcool, estavam relacionados a experiências de maus-tratos.

Durante o período pandêmico, na vigência do fechamento das escolas, as crianças passaram a utilizar os métodos de aprendizado online para suprir a carga horária escolar. Com isso, somado aos demais fatores estressores que acometeram os pais neste mesmo período, o aprendizado online também representou um fator de risco para a ocorrência de abuso infantil (SUYADI e SELVI ID, 2022).

A pesquisa realizada por Suyadi e Selvi ID (2022), com um total de 317 pais de crianças de 3 a 12 anos, entrevistados por meio de questionário online, demonstraram, apesar de uma pequena quantidade de relatos de abuso físico, como bater, beliscar ou empurrar as crianças, que o aprendizado online se enquadrou como fator desencadeante de abuso verbal e emocional infantil por meio de gritos ou raiva e ameaças dos pais para com as crianças, quando os seus filhos usavam os recursos online como outras formas de recreação, se não aprendizado.

Em um estudo realizado por Brown SM, et al. (2020), 183 famílias foram submetidas a uma análise de regressão múltipla e testes de diferenças de grupos para avaliação do estresse percebido pelos pais e o potencial risco de abuso infantil. Para isso foi utilizado uma lista de verificação com fatores estressores da COVID-19; se conheciam ou não alguém que testou positivo para COVID-19; que faleceu devido à infecção, e como a vida dos pais foi afetada pela pandemia da COVID-19.

Com isso, os genitores relataram experimentar, em média, 3,5 estressores, com maior prevalência de mudanças no humor ou estresse geral, seguido por mudanças no relacionamento dos pais com o(s) filho(s) e com o parceiro, saúde física dos pais e aprendizagem e a saúde física do(s) filho(s) (BROWN SM, et al., 2020). Não obstante, também relataram a ocorrência de altos níveis de sintomas de ansiedade, sintomas depressivos e baixa qualidade de sono nas duas semanas anteriores a realização da pesquisa. Dessa forma, segundo Brown SM, et al. (2020), o acúmulo de estressores e a ocorrência de ansiedade e depressão estão associadas ao maior potencial de abuso infantil.

Da mesma forma, uma pesquisa realizada a partir da aplicação de questionários online, com 555 adultos, que possuíam pelo menos um filho morando em casa na faixa etária de 0 a 12 anos, avaliaram o risco de negligência física, emocional, agressão verbal e abuso físico para com as crianças. Os autores observaram que, com o cenário de isolamento social, ocorreu um aumento de 124% no autorrelato dos pais de bater em seus filhos “mais do que o habitual” desde o início da pandemia da COVID-19 (LEE SJ, et al., 2021). Além disso, Lee SJ, et al. (2021), demonstraram que um aumento de um dia no distanciamento social estava relacionado com o aumento de 14% nas chances de mais abuso físico em crianças desde a pandemia. Em consonância, nessa pesquisa, também houve relatos de pais que notaram estar usando o castigo físico com

mais frequência durante a pandemia. Portanto, os resultados do estudo sugeriram que, quanto mais tempo os pais passavam com as crianças, somado ao estresse da perda de emprego, o risco de punição física dos filhos aumentava gradativamente.

Kovler ML, et al. (2021), em uma revisão retrospectiva de pacientes, avaliaram a proporção de lesões secundárias ao abuso físico infantil em um centro de trauma pediátrico durante a pandemia da COVID-19. Os autores relataram a presença de oito pacientes com este tipo de lesão, correspondente a 13% do total de pacientes com traumas, o que representa um aumento no número de casos de abuso físico infantil em comparação aos anos de 2019 e 2018, na qual ocorreram, respectivamente, quatro e três casos de lesões secundárias ao abuso físico em crianças.

Os pacientes presentes no estudo foram diagnosticados com uma vasta apresentação de lesões, que incluem contusão da face/couro cabeludo (63%), fratura do crânio (50%), hemorragia intracraniana (38%) e fratura de ossos longos (25%) (KOVLER ML, et al., 2021).

Theodorou CM, et al. (2022), realizaram um estudo retrospectivo de crianças menores de 5 anos de idade, que foram admitidos em um centro de trauma pediátrico nos meses de março à setembro de 2020, que categorizaram como “era COVID”, e no mesmo período de tempo no ano de 2019, que denominaram como “era pré-COVID”. A amostra da era COVID contou com 163 pacientes, na qual 22 (13,5%) sofreram abuso infantil, negligência e/ou supervisão inadequada; enquanto que, entre os 206 pacientes da era pré-COVID, 17 crianças (8,3%) foram vítimas de algum tipo de abuso infantil.

É importante ressaltar, que nesta análise, também foi evidenciada que todas as crianças sofreram lesões, sobretudo na cabeça, como, por exemplo, hemorragia intracraniana, fraturas de crânio e trauma facial. No entanto, a negligência como causa das lesões sofridas foi determinada em 11,8% dos pacientes pré-COVID em comparação com 22,7% dos pacientes da era COVID; ao passo que a supervisão inadequada não foi determinada como causa de lesões em pacientes pré-COVID, enquanto que esteve presente em 13,6% dos pacientes da era COVID (THEODOROU CM, et al., 2022).

Loiseau M, et al. (2021), utilizaram o banco de dados nacional em toda as admissões em hospitais públicos e privados na França, para identificar crianças de 0 a 5 anos hospitalizadas e abusadas fisicamente no período de março-abril de 2017 à 2020.

Com isso, observaram que das 844.227 crianças incluídas na pesquisa, 476 foram internadas por abuso físico neste período de tempo. Por conseguinte, denotaram que ocorreu um aumento significativo na frequência relativa de crianças em situação de internação por abuso físico de 2017 a 2020. Os autores relevaram que, considerando a redução no número geral de interações durante o período de confinamento, a quantidade de crianças expostas à condições de violência física foi 40% superior aos valores esperados.

No que tange a ocorrência de negligência, Bullinger LR, et al. (2021), realizaram um estudo retrospectivo com dados de prontuários de pacientes do sistema *Children's Healthcare of Atlanta*, nos Estados Unidos, das primeiras 26 semanas dos anos de 2018, 2019 e 2020. Evidenciaram que no ano de 2018 e 2019, 239.437 crianças visitaram os prontos-socorros infantis, e aproximadamente 2.296 (0,95%) destes pacientes eram casos de abuso infantil e negligência. Por conseguinte, no ano de 2020, um total de 83.491 crianças foi aos prontos-socorros infantis, e 1.160 eram casos de abuso infantil e negligência (1,4%).

Além disso, no ano de 2020, também ocorreu uma elevação de aproximadamente 62% no número de crianças que visitaram emergências infantis por negligência em decorrência da falta de supervisão dos pais ou responsáveis, que foram evidenciadas por lesões pediátricas que ocorrem devido à supervisão inadequada, como por exemplo, lesões não testemunhadas, ingestões (intencionais e não intencionais), afogamentos, quedas ou ferimentos à bala (BULLINGER LR, et al., 2021).

No estudo retrospectivo de Amick M, et al. (2022), os autores evidenciaram que as visitas ao pronto-socorro relacionadas a maus-tratos diminuíram de 15,7 por semana no período pré-COVID correspondente para 12,3 por semana no período COVID, com valores absolutos respectivamente de 380 e 296 casos. Porém, a partir da análise de visitas de emergência pediátricas e de relatórios de Serviços de Proteção à Crianças do

campo de estudo correspondente, observaram uma elevação de 9%, do período pré-COVID, para 13,9%, no período COVID, dos casos e denúncias de negligência infantil durante o período da pandemia da COVID-19.

De maneira equidistante, Ortiz R, et al. (2021), por meio do uso de dados da Childhelp, que é uma linha direta estadunidense com foco de atendimento em abuso e negligência infantil, no período de 1º de março de 2019 e 27 de maio de 2019, e 1º de março de 2020 e 26 de maio de 2020, demonstraram que ocorreu um aumento de 13,75% no número total de consultas em 2020, quando comparado ao ano anterior.

Vale ressaltar, que o tipo de chamador também diferiu entre os anos dos atendimentos. Houve diminuição nas ligações de repórteres escolares, como professores, funcionários de creche e de outros serviços da instituição; enquanto ocorreu aumento nas ligações de vizinhos, parentes e amigos, sendo um reflexo do estado de confinamento e suspensão de atividades escolares (ORTIZ R, et al., 2021).

Ademais, Salt E, et al. (2021), realizaram uma pesquisa de comparação de dados demográficos das pessoas afetadas por abuso infantil e negligência, as taxas de maus-tratos infantis 6 meses antes e depois do fechamento das escolas e os tipos de abusos e negligência antes e depois de 20 de março de 2020, quando foi instaurado a descontinuação do funcionamento presencial das escolas.

A partir da análise dos dados obtidos em um sistema de saúde universitário e em um hospital infantil nos Estados Unidos, a amostra do estudo foi composta por 469 crianças. Durante os períodos de pré e pós-fechamento das escolas, a faixa etária com maior prevalência dos casos de abuso e negligência foi a pré-escolar, com, respectivamente, 59% e 62% dos casos. A idade com maior porcentagem de ocorrência foi a com menos de um ano de idade, seguida dos 1 a 2 anos de idade (SALT E, et al., 2021).

Em contrapartida, de acordo com Salt E, et al. (2021), a incidência de abuso físico e maus-tratos não foi significativamente diferente antes e depois do fechamento de escola. No entanto, um dado apresentado, foi o aumento no número de casos de abuso sexual infantil após 20 de março de 2020, de cerca de 85% em comparação ao período anterior

Portanto, a pandemia da COVID-19 trouxe consigo diversos fatores de risco para a ocorrência de abuso sexual infantil intrafamiliar, na qual, destacam-se: impacto de estressores econômicos e desemprego sobre a saúde mental dos cuidadores, alcoolismo, abuso de drogas, falta de exposição das crianças para outras figuras adultas que servem como fonte de identificação de abuso sexual infantil, como professores e vizinhos (TENER D, et al., 2021).

Oliveira SMT, et al. (2021), obtiveram dados de jovens menores de 18 anos, por meio das Fichas de Notificação Individual do Sistema de Informação de Agravos e Notificação, atendidas por um serviço de emergência pediátrica no Brasil, entre 2016 e 2020. Houve um total de 609 notificações de violência sexual e física, com média de idade das vítimas entre $9,9 \pm 5,5$ anos, com 2 óbitos por violência física.

Os autores verificaram que ocorreu um leve aumento na incidência de violência sexual e física em crianças e adolescentes atendidos em prontos-socorros. Os dois semestres de 2020 obtiveram índices de violência estatisticamente superiores aos demais semestres dos anos anteriores. No entanto, ao se tratar de violência física, a violência autoprovocada foi responsável por 29,9% dos atendimentos, sendo prevalente em adolescentes do sexo feminino (76,1%), o que reflete os impactos negativos do confinamento na saúde mental, e a propensão a transtornos mentais e emocionais de adolescentes em sofrimento recorrente. De forma concomitante, o total de casos por demanda espontânea diminuiu 42,6%, porém, a taxa de atendimento por violência infantil, que possuía variação de 0,105 a 0,361% nos anos de 2016 a 2019, atingiu uma taxa de 0,673% em 2020 (OLIVEIRA SMT, et al., 2021).

Por conseguinte, por meio da coleta de relatos de profissionais que intervêm nos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar, Tener D, et al. (2021), evidenciaram uma notória redução de denúncias de casos de abuso infantil, em decorrência do menor potencial de identificação destes casos, por conta do estado de confinamento. Além disso, os indivíduos da amostra de pesquisa expressaram em seus discursos uma evidente preocupação com a enxurrada de relatórios previstos para assim que as crianças voltassem a participar de ambientes fora do âmbito domiciliar, que propiciassem a identificação de casos de abuso infantil.

Similarmente, Rapoport E, et al. (2021), demonstraram que nos meses de março, abril e maio de 2020, na cidade de Nova York, houve substancialmente menos alegações de maus-tratos infantis em comparação aos anos de 2015 à 2019. Todavia, estudos retrospectivos de admissões de suspeita de abuso físico infantil, como o de Russel KW, et al. (2022), também não apresentaram diferenças significativas nos casos de abuso físico em crianças entre os anos de 2019 e 2020, tanto em relação as características do paciente quanto ao tipo de lesão. Ademais, os autores observaram que os valores dos resultados obtidos podem ser em decorrência de processos de subnotificação e subdetecção, devido a exposição limitada a repórteres obrigatórios, como profissionais de instituições de ensino.

Porém, apesar de as linhas diretas de denúncias, em diversos locais do mundo, não registrarem uma quantidade elevada de casos de abuso infantil, as instituições de caridade deflagraram como um importante veículo para recepção destas denúncias e acolhimento das vítimas de abuso infantil durante o período pandêmico, como demonstrado em um estudo realizado por Musser ED, et al. (2021), em que foram utilizadas informações sobre remoções e colocações para todos os jovens no sistema de assistência social no estado da Flórida para avaliar o número de casos comprovados de maus-tratos infantis durante o período pandêmico. Com isso, foi observado que houve uma porcentagem maior de jovens, na faixa etária do nascimento aos três anos de idade, no sistema de acolhimento familiar e assistência social da Flórida, em abril de 2020, quando comparado com abril de 2019, representada respectivamente por 41,29% e 36,85%.

Concomitantemente, a quantidade de jovens removidos de um ambiente de maus-tratos comprovado e colocados em lares adotivos também obteve um ligeiro crescimento, em torno de 3,34% (MUSSEER ED, et al., 2021). Por conseguinte, Rengasamy ER, et al. (2021), coletaram dados retrospectivamente de instituições de caridade de abuso doméstico, departamentos de saúde de emergência e pediátricos e escolas locais, no período de 23 de março de 2020 a 30 de setembro do mesmo ano e compararam com o mesmo período de 2019, com o objetivo de avaliar a ocorrência de abuso doméstico e infantil de Bridgend.

Os autores obtiveram resultados de que houve um aumento de aproximadamente 190% em relatos de abuso doméstico em instituições de caridade e elevação de auto-encaminhamentos para serviços de apoio locais devido a casos de abuso doméstico e infantil. No entanto, houve diminuição de 67% nos exames médicos de proteção à criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 trouxe consigo uma série de fatores de risco para a ocorrência de abuso infantil, em todo o mundo, durante o período de isolamento social, como por exemplo, fatores de cunho financeiro, a citar o desemprego; a permanência prolongada em confinamento domiciliar; o medo de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, e o estresse gerado pelo aprendizado online instituído às crianças. Um fator crucial para a ocorrência dos casos de abuso infantil e déficit de intervenção de órgãos responsáveis foi a prevalência de subnotificações e a redução de idas aos prontos-socorros e emergências pediátricas em diversos lugares do mundo. Logo, a ausência de repórteres de condições de abuso infantil, como professores, funcionários de instituições de ensino, ou outros adultos de convívio externo ao ambiente familiar, demonstraram ser impactantes para a ocorrência contínua de casos de abuso infantil. Com isso, situações como violência física, negligência, abuso verbal e emocional de diversos adultos, sejam eles pais ou responsáveis que convivem com as crianças, se perpetuaram e diversos quadros de lesões e impactos psicológicos foram gerados.

REFERÊNCIAS

1. AMICK M, et al. Child maltreatment-related children's emergency department visits before and during the COVID-19 pandemic in Connecticut. *Child Abuse Negl.* 2022, 128: 2-11.
2. AUGUSTI E, SAETREN SS, HAFSTAD GS. Violence and abuse experiences and associated risk factors during the covid-19 outbreak in a population-base sample of Norwegian adolescenets. *Child Abuse Negl.* 2021, 118: 2-8.
3. BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

4. BROWN SM, et al. Stress and parenting during the global covid-19 pandemic. *Child Abuse Negl.* 2020; 110: 2-12.
5. BULLINGER LR, et al. Pediatric emergency department visits due to child abuse and neglect following COVID-19 public health emergency declaration in the Southeastern United States. *BMC Pediatr*, 2021; 21(1): 401.
6. CONTAGEM. Prefeitura Municipal de Contagem. Secretaria Municipal de Saúde. Diretrizes para o manejo de situações de violência: intersetorialidade, um desafio a ser consolidado! Contagem, 2022, p. 9.
7. INFURNA FJ e LUTHAR SS. A resiliência aos principais estressores da vida não é tão comum quanto se pensava. *Perspectivas da Ciência Psicológica*, 2016; 11(2): 175-194.
8. KOVLER ML, et al. Increased proportion of physical child abuse injuries at a level I pediatric trauma center during the covid-19 pandemic. *Child Abuse Negl.*, 2021; 116: 104756.
9. LANA RM, et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *Cad. Saúde Pública*, 2020; 36(3): 3-4.
10. LAWSON M, et al. Child Maltreatment during the covid-19 pandemic: consequences of parental job loss on psychological and physical abuse towards children. *Child Abuse Negl.*, 2020; 110: 2-9.
11. LEE SJ, et al. Parenteral social isolation and child maltreatment risk during the covid-19 pandemic. *J Fam Violence*, 2021; 37(5): 813-824.
12. LEVANDOWSKI MK, et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saude Pública*, 2021, 37(1): 2-12.
13. LEVANDOWSKI ML, et al. Proteção infantil durante a COVID-19: até quando os casos de maus-tratos infantis continuarão sendo subnotificados?. *Cad Saude Publica*, 2021; 37(5).
14. LOISEAU M, et al. Physical buse of young children during the COVID-19 pandemic: Alarming increase in the relative frequency of hospitalizations during the lockdown period. *Child Abuse Negl.*, 2021; 122: 105299.
15. MUSSER ED, et al. Child maltreatment in the time of COVID-19: Changes in the Florida foster care system surrounding the COVID-19 safer-at-home order. *Child Abuse Negl.*, 2021; 116: 104945.
16. OLIVEIRA IA, et al. Child violence: evaluation of epidemiological characteristic in Brazil and in the state of Goiás. *Revista Educação em Saúde*, 2021; 9(1): 51-60.
17. OLIVEIRA SMT, et al. Epidemiological study of violence against children and its increase during the covid-19 pandemic. *Int J Environ Res Public Health*, 2021; 18(19): 10061.
18. ORTIZ R, et al. Assessing child abuse hotline inquiries in the wake of covid-19: answering the call. *JAMA Pediatr*, 2021; 175(8): 859-861.
19. RAPOPORT E, et al. Reporting of child maltreatment during the SARS-CoV-2 pandemic in New York city from march to may 2020. *Child Abuse Negl.*, 2021; 116: 104719.
20. RENGASAMY ER, et al. Impact of covid-19 lockdown: domestic and child abuse in bridgend. *Child Abuse Negl.*, 2021; 130(1): 105386.
21. RUSELL KW, et al. Child physical abuse and covid-19: trends from nine pediatric trauma centers. *J Pediatr Surg*, 2022; 57(2): 297-301.
22. SALT E, et al. A comparison of child abuse and neglect encounters before and after school closings due to SARS-CoV-2. *Child Abuse Negl.*, 2021; 118: 105132.
23. SUYADI e SELVI ID. Online learning and child abuse: the covid-19 pandemic impact on work and school from home in Indonesia. *Heliyon*, 2022; 8(1): 2-8.
24. TEO SS e GRIFFITHS G. Child protection in the time of COVID-19. *J Paediatr Child Health*, 2020; 56(6): 838-840.
25. TENER D, et al. How does Covid-19 impact intrafamilial child sexual abuse?comparison analysis of reports by practitioners in Israel and the US. *Child Abuse Negl.*, 2021; 116(2): 104779.
26. THEODOROU CM, et al. Child abuse and the covid-19 pandemic. *J. Surg. Res.*, 2022; 276: 18-23.